

A ABRANGÊNCIA DA COBERTURA FARMACOLÓGICA NO BRASIL: ESTAGNAÇÃO NA VENDA DE ANTI-HIPERTENSIVOS

Geise Camila dos S. de Oliveira 

Graduanda em Farmácia pelo Centro
Universitário FAEMA – UNIFAEMA.
E-mail: geise.38693@unifaema.edu.br

João Paulo Souza S. da Silva 

Graduando em Farmácia pelo Centro
Universitário FAEMA – UNIFAEMA.
E-mail: joao.39872@unifaema.edu.br

Paulo Cilas M. Lyra Junior 

Doutor em Biotecnologia pela RENORBIO
(Rede Nordeste de Biotecnologia), docente
do Centro Universitário FAEMA -
UNIFAEMA.
E-mail: paulo.lyra@faema.edu.br

Submetido: 11 fev. 2022.

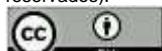
Aprovado: 16 fev. 2022.

Publicado: 24 fev. 2022.

E-mail para correspondência:

joaopaulosouza@hotmail.com

Este é um trabalho de acesso aberto e distribuído
sob os Termos da *Creative Commons Attribution
License*. A licença permite o uso, a distribuição
e a reprodução irrestrita, em qualquer meio,
desde que creditado as fontes originais.
Imagem: StockPhotos (Todos os direitos
reservados).



Open Access

Introdução

No último censo demográfico realizado pelo IBGE, o Brasil conta com uma população estimada em 213 milhões de habitantes ⁽¹⁾ e segundo os dados da Sociedade Brasileira de Cardiologia, cerca de 30% dos brasileiros são hipertensos, o que revela uma média de 63,9 milhões de pessoas que vivem com essa condição ⁽²⁾. Além do mais, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) existem mais de 700 milhões de pessoas com hipertensão não tratada no mundo ⁽³⁾. É importante destacar que isso significa que há uma urgente necessidade de entender se a falta de cobertura a todos os pacientes é o principal motivo para manter o cenário da hipertensão em um estado tão caótico. Isso implica em observar como as principais políticas públicas têm cuidado dos novos casos diagnosticados e do acompanhamento aos pacientes no tratamento. Sendo a opção medicamentosa para hipertensão a principal estratégia em geral para o cuidado ao paciente. É possível através de dados referentes a aquisição contínua de medicamentos anti-hipertensivos obter uma visão geral a respeito da abrangência no controle da hipertensão na população. Sendo assim, o objetivo desse estudo é elucidar a abrangência da cobertura farmacológica no Brasil para pacientes com diagnóstico de hipertensão e a partir disso, discutir os principais pontos que poderão contribuir para uma melhoria nas políticas publicadas relacionadas à essa doença.

Objetivos

Elucidar a abrangência da cobertura farmacológica no Brasil para pacientes com diagnóstico de hipertensão; discutir os principais pontos que poderão contribuir para uma melhoria nas políticas publicadas relacionadas à essa doença.

Metodologia

Estudo quantitativo descritivo e transversal, os dados coletados foram retirados nas plataformas VIGETEL ⁽⁴⁾ (Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico) Anuário Estatístico do Mercado Farmacêutico ⁽⁵⁾ e DATASUS ⁽⁶⁾. Também foram utilizadas plataformas digitais, Scielo, Fiocruz, Sociedade Brasileira de Cardiologia ⁽³⁾ e IBGE ⁽²⁾, no período de 2017 a 2019, para consolidação e tratamento dos dados utilizou-se o

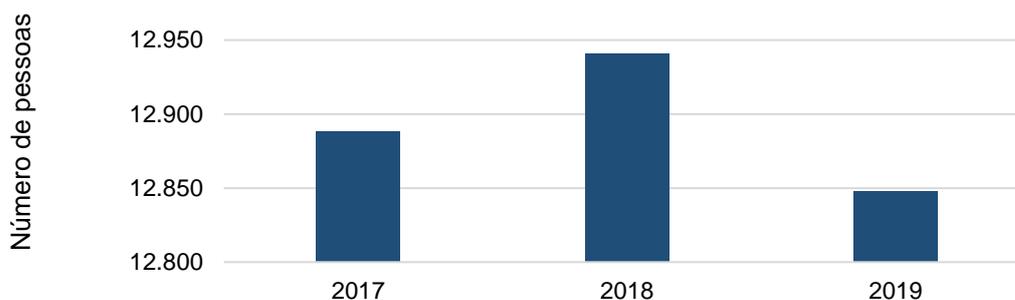
programa Microsoft Excel (2019), e os dados foram apresentados em gráficos com números absolutos e percentuais simples.

Resultados e Discussões

Para averiguar a cobertura medicamentosa dos pacientes hipertensos, buscamos analisar o número de variáveis em bancos de dados DATASUS⁽⁶⁾, VIGITEL⁽⁴⁾ e Anuário Estatístico do Mercado Farmacêutico⁽⁵⁾ para relacionar as variáveis diagnóstico, venda de medicamentos anti-hipertensivos e total de óbitos acometidos por pressão alta.

A pesquisa realizada pela VIGITEL⁽⁴⁾ nas capitais brasileiras apontou que, no ano de 2017, 24,3% dos brasileiros residentes nas capitais tinham diagnóstico de hipertensão. No ano de 2018, esse número sofreu pouca alteração, totalizando 24,7% de pessoas que diziam serem diagnosticadas com hipertensão. Já em 2019, esse número caiu para 24,5% de diagnósticos, essa relação apresentada no gráfico 1 prevê oscilações, devido o número de entrevistado ter sido menor e o de diagnóstico maior em 2018 em comparação com os outros anos.

Gráfico 1: Número de diagnósticos (2017 - 2019)



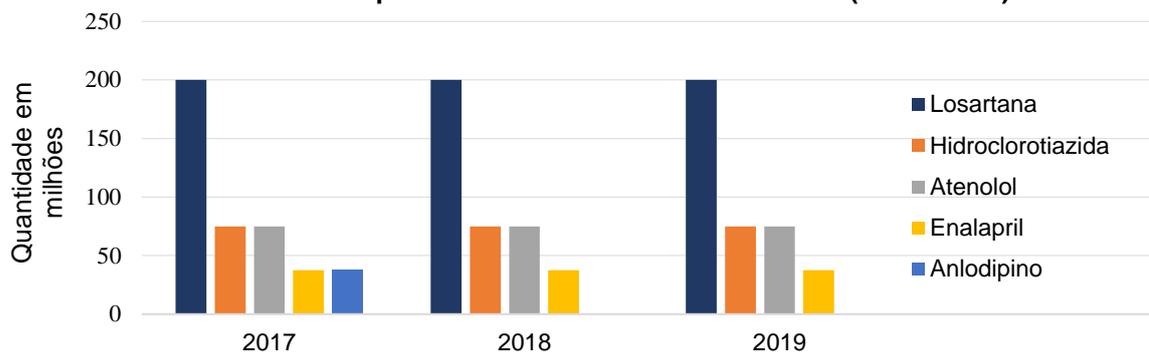
Dados retirados da Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico - VIGITEL no período de 2017 a 2019.

Fonte: <https://antigo.saude.gov.br/saude-de-a-z/vigitel>.

O resultado mostra que no período de 2018, a média do número de pessoas diagnosticadas com hipertensão advém de dados que considera apenas as capitais do Brasil, o que explicaria, ao menos em parte, a pressão arterial ser mais prevalente. Tendo como razão os fatores de risco dessas grandes metrópoles afetarem a parcela exposta a esses eventos de causalidades. No que concerne ao tratamento farmacológico, as classes mais utilizadas são os diuréticos, betabloqueadores, bloqueadores dos canais de cálcio, inibidores da ECA e bloqueadores do receptor AT1⁽⁷⁾.

Conforme a classificação do Anuário Estatístico do Mercado Farmacêutico⁽⁵⁾, os medicamentos mais utilizados em ordem decrescente de vendas são: Losartana, Hidroclorotiazida, Atenolol, Enalapril, Anlodipino (Gráfico 2), organizados em sequência seguindo os dados referentes a sua comercialização nos três períodos anuais.

Gráfico 2: Anti-hipertensivos mais vendidos no Brasil (2017 - 2019)



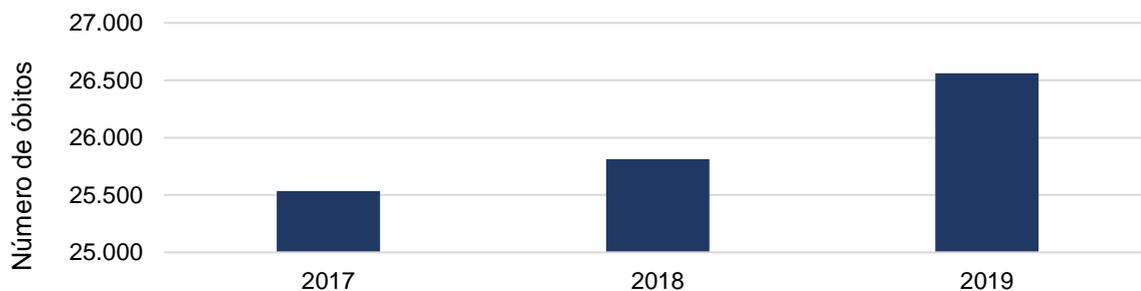
Dados retirados do Anuário Estatístico do Mercado Farmacêutico no período de 2017 a 2019.
 Fonte: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/medicamentos/cmed/informes/cmed-publica-o-anuario-estatistico-do-mercado-farmaceutico-2013-edicao-comemorativa-2019-2020>.

Com base nos dados, é possível inferir que a constância dos resultados pode estar relacionada com a deficiência causada pelas barreiras socioeconômicas e geográficas que contribuem para uma falha na abrangência do tratamento, uma vez que torna inacessível à garantia de universalidade, refletindo no insucesso ao tratamento ⁽⁹⁾.

Os dados coletados pelo VIGITEL ⁽⁴⁾ não esclarecem quais eram os estágios de diagnóstico para que as informações obtidas anteriores possam ser traçadas a uma linha onde a mentalidade da população, ou outras especulações sejam a causa para o estacionamento na venda de medicamentos.

Em decorrência dessa estagnação de vendas, supõe-se que o número de óbitos causados por doenças hipertensivas está ligado ao tratamento feito incorretamente.

Gráfico 3: Óbito por Doença Hipertensiva no Brasil (2017 - 2019)



Dados retirados do DataSUS

Fonte: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?sim/cnv/obt10uf.def>

Por fim, o resultado encontrado é importante mais uma vez para corroborar os dados anteriores, uma vez que o número de vendas de medicamentos se manteve constante. Um dos fatores previstos é a faixa etária das pessoas diagnosticadas, segundo Mengue et al., 2016 ⁽⁸⁾, a utilização de farmacoterapia nos grupos etários mais jovens é mais baixa, devido a receberem menos indicações a tratamento farmacológico, ou quando recebem a adesão é inferior quando comparada a pessoas de maior idade, acarretando complicações futuras de

riscos cardiovasculares, conseqüentemente elevando a taxa de óbitos em decorrência dessa condição clínica.

Conclusão

Assim, podemos concluir que, dentre os principais fatores de estagnação da cobertura de pacientes, está a falta de adesão ao tratamento, gerando os transtornos que foram observados pelos dados. Ampliar o conhecimento a respeito da gravidade dessa doença pode amenizar o abandono de tratamento, garantir o acesso aos medicamentos e a outros fatores para controlar o avanço da condição clínica que assola o Brasil. Por isso, é importante que as políticas públicas se apropriem das informações dos pacientes e mantenham uma relação com o paciente para que não ocorra a evasão no tratamento.

Palavras-chave: Anti-hipertensivos. Mercado farmacêutico. Cobertura farmacológica.

Referências

1. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [Internet homepage]. Projeção da população [acesso em 2 nov 2021] Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html?utm_source=portal&utm_medium=popclock&utm_campaign=novo_popclock.
2. Departamento de Hipertensão Arterial da Sociedade Brasileira de Cardiologia [Internet homepage]. Cardiol.br. 2021 [acesso em 2 nov 2021]. Disponível em: <http://departamentos.cardiol.br/dha/vidiretriz/vidiretriz.asp>.
3. World Health Organization: WHO [Internet homepage]. Who.int. More than 700 million people with untreated hypertension. 2021 [acesso em 2 nov 2021]. Disponível em: <https://www.who.int/news/item/25-08-2021-more-than-700-million-people-with-untreated-hypertension>.
4. Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico – Português (Brasil) [Internet]. www.gov.br. 2020 [acesso em 2 nov 2021]. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes-svs/vigitel/relatorio-vigitel-2020-original.pdf/view>.
5. CMED. Anuário Estatístico do Mercado Farmacêutico – Edição comemorativa 2019/2020 [Internet]. Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa. 2019 [acesso em 2 nov 2021]. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/medicamentos/cmed/informes/cmed-publica-o-anuario-estatistico-do-mercado-farmaceutico-2013-edicao-comemorativa-2019-2020>.
6. TabNet Win32 3.9: Mortalidade – Brasil [Internet]. Datasus.gov.br.2019 [acesso em 2 nov 2021]. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?sim/cnv/obt10uf.def>.
7. Ministério da Saúde Fundação Oswaldo Cruz Instituto René Rachou Programa de Pós-Graduação em Saúde coletiva. [Internet] Uso de Medicamentos para Hipertensão Arterial Sistêmica e Diabetes Mellitus: Um Estudo de Base Populacional [acesso em 2 nov 2021]. Disponível em:



https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/43538/2/D_2020_%20Priscila%20Tegethoff%20Motta%20Santos.pdf.

8. Mengue SS, Bertoldi AD, Ramos LR, Farias MR, Oliveira MA, Tavares NUL, et al. Access to and use of high blood pressure medications in Brazil. *Revista de Saúde Pública* [Internet]. 2016 [acesso em 2 nov 2021]. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rsp/v50s2/pt_0034-8910-rsp-s2-S01518-87872016050006154.pdf.

9. Tavares NUL, Costa KS, Mengue SS, Vieira MLFP, Malta DC, Silva Júnior JB da. Uso de medicamentos para tratamento de doenças crônicas não transmissíveis no Brasil: resultados da Pesquisa Nacional de Saúde, 2013. *Epidemiologia e Serviços de Saúde* [Internet]. 2015 [Acesso em 5 nov 2021]. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/ress/2015.v24n2/315-323/pt>.